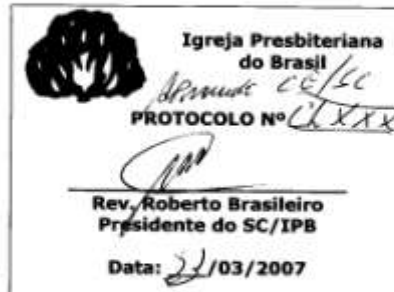


RELATÓRIO DA SUB-COMISSÃO: V



Quanto aos documentos:

254 - Relatório do Presidente - documentação da AMIR.

Ementa: AMIR - Encaminhamento da Presidência do SC/IPB.

Considerando,

ART. 5º ALÍNEA (b) q.c.

1. O RI/CE-SC estabelece dentro das competências do Presidente do SC, "representar a Igreja internamente, bem como nas relações intereclesiais e sociais".

A CE/SC Resolve,

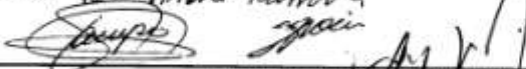
1. Tomar conhecimento
2. Apreciar o procedimento do Presidente do SC no cumprimento de sua missão

Sala das Sessões, de março de 2007.

Relator 

Sub-relator Rev. Claudemir Moura Lima

Membros Rev. André Ramalho



Belo Horizonte, 19 de março de 2007.

Comissão Executiva do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

Rev. Roberto Brasileiro Silva
MD Presidente do Supremo Concílio IPB

Estimado irmão

Cumpra-me o dever encaminhar a esta Reunião CE/IPB o documento assim ementado:

De: Presidência SC/IPB

Ementa:

Assunto AMIR, encaminhado pela Presidência SC/IPB

Rogando as mais ricas bênçãos de Deus sobre a vida da Igreja Presbiteriana do Brasil e sua
douta Comissão Executiva, ora reunida em nossa Capital Federal, registro meu apreço e
consideração.

Fraternalmente em Cristo,

Rev. Ludgero Bonilha Moraes
Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

PROTOCOLO Nº254

Destino:

Sub.com II
RBS

Rev. Roberto Brasileiro
Presidente do SC/IPB

Data: 19/03/2007



**IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL**

01 de Fevereiro de 2007 AD.

À Comissão Executiva do Supremo Concílio
Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB)
Março de 2007 – Brasília - DF

ASSUNTO: Encaminhamento do assunto AMIR (Faz)


Senhores membros da CE-SC/IPB;

Na condição de Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, sobre o assunto AMIR, decisão do SC/IPB-2006 Documento XI, quanto aos Documentos 250, 305, 306 e 307, e, seus desdobramentos posteriores exarados nas correspondências de 28/07/2006, 08/09/2006, 05/10/2006 e 16/10/2006, efetivadas entre SE-SC/IPB, SG/AMIR e esta Presidência, valho-me do presente para colocar esta magna Comissão Executiva a par da atual situação, bem como, para solicitar o encaminhamento das devidas diretrizes doravante.

Outrossim, coloco-me ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos.

Sendo o que me compete para o momento, despeço-me atenciosamente, desejando-lhes as mais ricas e poderosas bênçãos de Deus.

Em Cristo,


Rev. Roberto Brasileiro Silva
PRESIDENTE DO SC/IPB

Gabinete da Presidência do SC/IPB
Rua Cov. Viladares, 629 - Centro
CEP 38740-000 - Patrocínio - MG
Tel: (34) 3832.4566 / 3831.2041
presidenciaipb@uol.com.br
www.ipb.org.br

**World Alliance of Reformed Churches***Semper reformanda*

150 route de Femeey
PO Box 2100
1211 Geneva 2 Switzerland
Web: www.warc.ch

President: Rev. Dr Clifton Kirkpatrick
General Secretary: Rev. Dr Setri Nyomi

Ilmo. Rev. Roberto Brasileiro da Silva
Presidente do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
Rua Governador Valadares, 629 - MG
38740-000 Patrocínio MG
Brasil

Genebra, 16 de novembro de 2006

Prezado Reverendo Brasileiro,

Muito obrigado por sua carta de 05 de outubro passado. Queremos registrar nosso apreço pelas observações que o colega fez e reafirmar nosso respeito pelo seu ofício na Igreja, pelo Supremo Concílio da IPB e pela Comissão que examinou a matéria referente à filiação à Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (ARM).

Estamos anexando nova versão da carta de 8 de setembro passado, desta vez dirigida ao prezado colega. A versão anterior foi dirigida ao Reverendo Ludgero Bonilha porque em anos recentes ele tem mantido correspondência oficial com a ARM em nome da IPB e porque ele assinou em nome da Igreja a mensagem pedindo desligamento da ARM.

Não tivemos a intenção de personalizar a mensagem anterior nem a presente. Dos sete pontos contidos na mensagem em anexo, somente o quarto ponto pode ser considerado pessoal. Isso porque o Reverendo Bonilla, que foi o delegado da IPB em nossa assembléia geral de 2004, deu entrevista sobre a assembléia do *Brasil Presbiteriano* e nós julgamos importante responder a algumas opiniões expressadas naquela matéria.

Estamos, portanto, respondendo - em carta anexa dirigida ao prezado colega - tanto aos termos da carta de desligamento quanto a algumas das afirmações feitas no órgão oficial da Igreja por um delegado oficial da Igreja cuja liderança é clara e cujas opiniões certamente marcam a vida da Igreja. Apreciaríamos a generosidade da liderança da IPB no sentido de publicar a carta em anexo numa das próximas edições do *Brasil Presbiteriano*.

Fraternalmente em Cristo,

Setri Nyomi (Rev. Dr.)
Secretário Geral

**World Alliance of Reformed Churches***Semper reformanda*

150 route de Famey
PO Box 2100
1211 Geneva 2 Switzerland
Web: www.warc.ch

President: Rev. Dr Clifton Kirkpatrick
General Secretary: Rev. Dr Setfi Nyomi

Imo. Rev. Roberto Brasileiro da Silva
Presidente do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
Rua Governador Valadares, 629 - MG
38740-000 Patrocínio MG
Brasil

Genebra, 16 de novembro de 2006

Prezado Rev. Roberto Brasileiro,

Re.: Carta de 28 de julho de 2006 pedindo desligamento da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas

"Mas falando a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo..."
(Efésios 4:15)

Foi com muita tristeza que recebi a carta de 28 de julho passado, dirigida ao nosso Presidente, Rev. Dr. Clifton Kirkpatrick, pela qual a IPB pede desligamento da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Ela chegou pouco antes de eu viajar para a assembléia da Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (AIPRAL) na Colômbia. Eu esperava encontrar o irmão Cartegena - pois suponho que a IPB continue sendo membro da AIPRAL - para entender melhor de viva voz essa decisão do Supremo Concílio da IPB.

Respeitamos a autoridade do Supremo Concílio da IPB e reconhecemos seu direito de escolher como e com quais organismos a IPB quer cooperar. Nosso compromisso com os princípios reformados pede que respondamos às considerações que, segundo sua carta, ensejaram essa decisão. Temos grande respeito pela IPB e, por isso, julgamos importante expressar nossa preocupação quanto ao que os pontos dois e três de sua carta afirmam sobre a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas.

Existe entre nós, reformados, uma longa tradição segundo a qual devemos velar para que nossas decisões sejam tomadas com base em informação e análise corretas à luz da Palavra de Deus. A

Tel: +41 22 791 6237 • fax: +41 22 791 6505 • email: sn@warc.ch
Assistant to the General Secretary: Mrs Penny Blachul Tel: +41 22 791 6240 • fax: +41 22 791 6505 • email: ptb@warc.ch

presente resposta oferece ao irmão a versão correta da posição da AMIR quanto aos assuntos que serviram de base para a recente decisão do Supremo Concílio da IPB.

Passo agora a responder a algumas das afirmações feitas na carta em referência e a tecer outras considerações ligadas à decisão da IPB.

1) A AMIR respeita a posição de equidistância adotada pelo IPB em relação ao "fundamentalismo" e ao "liberalismo". Outras igrejas filiadas à AMIR têm posição muito semelhante à da IPB. Somos gratos a Deus pela contínua participação dessas igrejas na vida da Aliança. Não cremos que a "equidistância" seja um empecilho à participação dessas igrejas e da IPB na comunhão reformada mundial.

2) Estamos seguros de que se um teólogo ou uma teóloga comparar os atos da assembleia de 2004 da AMIR com os *standards* de Westminster, ela ou ele chegarão à conclusão de que são consistentes. Nós ficaríamos muito gratos se a IPB nos provasse o contrário.

3) De fato, a AMIR acredita, como o irmão afirma, que o diálogo entre as igrejas cristãs é muito importante. Nosso diálogo com os católicos romanos, pentecostais, luteranos, ortodoxos etc., é baseado no fato de que, no espírito da *pia conspiratio* de Calvino, damos valor às boas relações entre as igrejas cristãs e não damos valor às relações marcadas pelo ódio.

Foi precisamente nesse espírito que visitamos o Vaticano em janeiro deste ano. O que dissemos em nossa mensagem ao chefe da Igreja Católica é, uma vez mais, consistente com nossos princípios reformados.

Nunca passou pela mente dos líderes da AMIR, por exemplo, a idéia atávica e esdrúxula - aliás muito difundida pela propaganda fundamentalista em anos passados no Brasil - segundo a qual o objetivo do ecumenismo cristão é a chamada "volta à Roma". Ao contrário, o grande missionário John Mackay já afirmava em 1948 - e a AMIR continua afirmando no presente - que "o presbiterianismo, quando ele é fiel a si mesmo, é naturalmente ecumênico". Quanto mais nos engajamos no movimento ecumênico, mais nos sentimos reformados.

Se o irmão quiser, posso enviar-lhe cópia da mensagem que dirigimos ao líder da Igreja Católica Romana e cópia dos documentos em que a AMIR formula sua posição reformada sobre o ecumenismo. Se a IPB julga que essa posição não é reformada, é o dever da IPB argumentar bíblica e teologicamente e admoestar suas igrejas irmãs. Para isso serve o diálogo em vez do do isolamento. Para isso serve a participação da IPB na AMIR.

Por isso, fico me perguntando o que deixou no Supremo Concílio da IPB a impressão de que havia, na nossa mensagem dirigida ao líder da Igreja Católica, "intenções ecumênicas" diferentes daquelas que tem qualquer pessoa de tradição reformada consciente do significado atual do legado calviniano e calvinista. Se essas intenções são suspeitas, eu gostaria de saber com clareza em que elas são suspeitas.

De nossa parte, nossa única intenção foi a de criar boas relações a Igreja Católica, que afirmou há pouco que nós somos graciosamente justificados por Deus por meio da fé em Cristo sem as obras da lei. Se cremos que a prática da Igreja Católica não condiz com o que ela ensina, o nosso dever de cristãos e protestantes é exortá-la no espírito de Cristo. Foi exatamente isso que a AMIR fez quando João Paulo II anunciou a indulgência do ano jubilar de 2000. Para isso serve o diálogo em vez do isolamento. Para isso serve a participação da IPB na AMIR.

4) Ficamos literalmente assombrados com o que o Reverendo Ludgero Bonilha afirmou em entrevista ao *Brasil Presbiteriano* sobre as posições e recomendações adotadas pela última assembléia geral da AMIR em relação às Escrituras, à missão, ao ecumenismo, ao aborto, ao feminismo e ao homossexualismo. Cremos que as afirmações equivocadas feitas pelo secretário executivo da IPB contribuíram para a decisão do Supremo Concílio que ora lamentamos.

Em primeiro lugar, os atos da 24a assembléia geral e os relatórios ali aprovados são documentos públicos, disponíveis em quatro línguas, aos quais qualquer pessoa pode ter acesso para decidir se as opiniões do Rev. Bonilha são corretas. Estamos profundamente convencidos de que não são.

O uso das Escrituras em nossa assembléia foi consistente com práticas e princípios reformados tradicionais. Durante a assembléia, tomamos a decisão de renovar tanto o nosso compromisso com a missão de Deus (conforme o apêndice 14 dos atos da assembléia) quanto o nosso engajamento ecumênico. Quanto ao engajamento ecumênico, nossas decisões se pautaram, uma vez mais, pelos princípios reformados. Para dar um exemplo conhecido, João Calvino afirmou, em carta de 1552 dirigida ao arcebispo anglicano Thomas Cranmer, que "não hesitaria em atravessar até dez mares" para servir a causa da unidade da Igreja. Essa é a tradição na qual vivemos.

Finalmente, é lamentável que quanto aos outros três pontos (aborto, feminismo, homossexualismo) a IPB tenha recebido informação equivocada através da entrevista dada pelo Rev. Ludgero Bonilha. A assembléia da AMIR não tomou nenhuma decisão oficial sobre esses assuntos. O aborto não foi nem mesmo mencionado. Além disso, nenhuma decisão tomada na assembléia pode ser qualificada como defesa do homossexualismo. Quanto ao "feminismo", afirmamos na Assembléia que homens e mulheres são igualmente chamados à missão de Deus e ao ministério cristão. Mas isto, uma vez mais, é consistente com o que professa a maioria das igrejas reformadas.

5) É triste constatar que com essa decisão de seu Supremo Concílio a IPB está se isolando da porção mais ampla e representativa da família reformada e presbiteriana mundial. Por isso, as portas da AMIR ficarão abertas, na esperança de que a IPB reverta sua decisão. Esperamos que isso aconteça em breve. Enquanto isso, pedimos que a IPB não se desligue da Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas na América Latina (AIPRAL), nem da Fraternidade Reformada Mundial e de sua expressão regional, a Confraternidade Latino-Americana de Igrejas Reformadas.

A decisão da IPB de desfiliar-se da AMIR ocorre precisamente num momento em que diferentes expressões internacionais da família reformada e presbiteriana estão procurando somar forças e trabalhar juntas. O Conselho Ecumênico Reformado (Reformed Ecumenical Council) e a AMIR estão num processo que poderá levar as duas organizações a se tornarem uma em poucos anos. O colega talvez saiba que o Conselho Ecumênico Reformado sempre representou uma das alas conservadora da família reformada mundial. Damos graças a Deus por essa união e achamos que a IPB tem muito a contribuir à organização que surgirá desse desenvolvimento.

6) O pedido de desfiliação da IPB será submetido à Comissão Executiva da AMIR em outubro de 2007. A Comissão Executiva é a instância competente para recebê-lo e tomar as medidas cabíveis. Enquanto isso, espero que a IPB possa, em futuro próximo, reconsiderar sua decisão. Estou disposto, se convidado, a participar do próximo Supremo Concílio da IPB. Essa seria, para os representantes ali presentes, uma boa oportunidade de conversar comigo sobre o que os preocupa em nossa caminhada comum. Da parte da AMIR, as portas ficam abertas e os braços ficam abertos para o momento em que a IPB decidir voltar ao convívio da nossa grande família.

7) Aproveito esta oportunidade para expressar uma vez mais meu profundo sentimento de gratidão pela contribuição da IPB ao trabalho empreendido até aqui pela Aliança de fortalecer os laços que unem a família reformada em nível mundial. A presença da IPB, sua contribuição teológica e sua

Tel: +41 22 791 6237 • fax: +41 22 791 6505 • email: sn@warc.ch

Assistant: Mrs Penny Blachut Tel: +41 22 791 6240 • Fax: +41 22 791 6505 • Email: pbl@warc.ch

contribuição financeira sempre pontual sem dúvida fortaleceram em muito a AMIR. Além disso, damos graças a Deus até hoje pelo que a IPB fez pela 18ª assembléia geral da Aliança, realizada em São Paulo no centenário da chegada do presbiterianismo ao Brasil. Damos graças a Deus pela liderança da IPB. O que estou escrevendo agora eu mesmo compartilhei com o prezado irmão quando nós nos encontramos no Mackenzie, em São Paulo, em fevereiro passado.

Como de praxe, cópias desta carta serão enviadas às igrejas filiadas à Aliança no Brasil. O colega me informa de que a decisão da IPB será publicada no *Brasil Presbiteriano*. Haja vista o teor das afirmações sobre a AMIR feitas pelo secretário executivo da IPB no *Brasil Presbiteriano*, creio que seria apropriada a publicação da presente resposta oficial da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Peço-lhe, portanto, o obséquio de publicar esta carta no *Brasil Presbiteriano*.

Que o Senhor continue guiando o prezado colega e a vida e ministério da IPB e da AMIR nestes tempos plenos de desafios em que experimentamos o quanto é não apenas necessário, mas acima de tudo bom e agradável que os irmãos vivam em união.



Setri Nyomi (Rev. Dr.)
Secretário Geral

Patrocínio, 05 de outubro de 2006.

Ao Rev. Dr. Clifton Kirkpatrick
Presidente da AMIR

150 Route de Ferney
PO Box 2100
1211 Geneva 2 Switzerland

"esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz" (Efésios 4:3).

Recebi do Sr. Secretário Executivo, Rev. Ludgero Bonilha Moraes, carta a ele endereçada em resposta ao documento enviado de forma oficial quanto à decisão do SC/IPB - Julho 2006 - Doc. XI, que determina "... 5º.) retirar-se da filiação da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR)..." decisão esta tomada pela maioria absoluta do plenário e que deve ser cumprida por nós e não discutida.

Estranhei o teor da missiva enviada ao Sr. Secretário Executivo, considerando-a mais de caráter pessoal do que oficial, e também quanto ao pedido: *"Creio que seria um ato de respeito ao povo presbiteriano do Brasil a publicação da presente resposta oficial da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Peço-lhe, portanto, o obséquio de publicar esta carta no Brasil Presbiteriano"*. O povo presbiteriano fora respeitado, pois a decisão foi tomada em clima de plena democracia, em que as discussões ocorreram em clima de paz na Comissão de Expediente e no Plenário sem nenhum constrangimento.

Outrossim, informo-lhe que a AMIR teve o seu direito respeitado na Comissão de Expediente que estudou a matéria, por intermédio do Rev. Assir Pereira, que esteve presente em nossa reunião ordinária e falou em nome da AMIR.

Ainda mais, digo-lhe que, de conformidade com os Estatutos da IPB, quem representa a Igreja em suas relações Inter-eclésiásticas é o Presidente do SC/IPB. Por isso, aguardo receber um ofício da AMIR, não de caráter personalista, e estudarei a conveniência ou não, para o bem maior da IPB e da própria AMIR, se publicarei ou não no órgão oficial, Brasil Presbiteriano.

Nos vínculos da Cruz,



Roberto Brasileiro Silva
Presidente do SC/IPB



World Alliance of Reformed Churches

Semper reformanda

150 route de Ferney
PO Box 2100
1211 Geneva 2 Switzerland
Web: www.warc.ch

President: Rev. Dr Clifton Kirkpatrick
General Secretary: Rev. Dr Setri Nyomi

Rev. Ludgero Bonilha Moraes
Igreja Presbiteriana do Brasil
Rua Ceara, 1341/1106
Bairro Funcio Narios
30150-311 Belo Horizonte, MG
Brazil

Genebra, 8 de setembro de 2006

Prezado Rev. Ludgero,

"Mas falando a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo..." (Efésios 4:15)

Foi com muita tristeza que recebi sua carta de 28 de julho passado, dirigida ao nosso Presidente, Rev. Dr. Clifton Kirkpatrick, pela qual a IPB pede desligamento da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Ela chegou pouco antes de eu viajar para a assembléia da Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (AIPRAL) na Colômbia. Eu esperava encontrar o irmão em Cartegena - pois suponho que a IPB continue sendo membro da AIPRAL - para entender melhor, de viva voz, essa decisão do Supremo Concílio da IPB.

Respeitamos a autoridade do Supremo Concílio da IPB e reconhecemos seu direito de escolher como e com quais organismos a IPB quer cooperar. Nosso compromisso com os princípios reformados pede que respondamos às considerações que, segundo sua carta, ensejaram essa decisão. Temos grande respeito pela IPB e, por isso, julgamos importante expressar nossa preocupação quanto ao que os pontos dois e três de sua carta afirmam sobre a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Existe entre nós, reformados, uma longa tradição segundo a qual devemos velar para que nossas decisões sejam tomadas com base em informação e análise corretas à luz da Palavra de Deus. A presente resposta oferece ao irmão a versão correta da posição da AMIR quanto aos assuntos que serviram de base para a recente decisão do Supremo Concílio da IPB.

Passo agora, portanto, a responder, ponto por ponto, a algumas de suas afirmações.

1. A AMIR respeita a posição de equidistância adotada pelo IPB em relação ao que o colega chama de "fundamentalismo" e "liberalismo". Outras igrejas filiadas à AMIR têm posição muito semelhante à da IPB. Somos gratos a Deus pela contínua participação dessas igrejas na vida da Aliança. Não cremos que a "equidistância" seja um empecilho à participação dessas igrejas e da IPB na comunhão reformada mundial.

2. Estamos seguros de que se um teólogo ou uma teóloga examinar os documentos oficiais da assembléia de 2004 da AMIR, ele ou ela chegarão à conclusão de que não existe discrepância fundamental entre as afirmações teológicas feitas durante a assembléia e o sistema doutrinário da Confissão de Westminster, a não ser que o colega esteja lidando com a Confissão de Westminster como *norma normans*, o que não seria propriamente reformado.

Tel: +41 22 791 6237 • fax: +41 22 791 6505 • email: sn@warc.ch
Assistant to the General Secretary: Mrs Penny Blachut Tel: +41 22 791 6240 • fax: +41 22 791 6505 • email: pbl@warc.ch

Eu ficaria muito grato se o colega me provasse que existe inconsistência fundamental entre as afirmações teológicas oficiais da AMIR e o sistema doutrinário de Westminster. Afinal, nas palavras do grande historiador Philip Schaff, um dos fundadores da AMIR, os *standards* de Westminster constituem a afirmação "mais competente, mais clara e mais completa do sistema calvinista de doutrina" e são, por isso, o símbolo reformado "mais importante".

3. De fato, a AMIR acredita, como o irmão afirma, que o diálogo entre as igrejas cristãs é muito importante. Nosso diálogo com os católicos romanos, pentecostais, luteranos, ortodoxos etc., é baseado no fato de que, no espírito da *pia conspiratio* de Calvino, damos valor às boas relações entre as igrejas cristãs e não damos valor às relações marcadas pelo ódio.

Foi precisamente nesse espírito que visitamos o Vaticano em janeiro deste ano. O que dissemos em nossa mensagem ao chefe da Igreja Católica é, uma vez mais, consistente com nossos princípios reformados.

Nunca passou pela mente dos líderes da AMIR, por exemplo, a idéia atávica e esdrúxula - aliás muito difundida pela propaganda fundamentalista em anos passados no Brasil - segundo a qual o objetivo do ecumenismo cristão é a chamada "volta a Roma". Ao contrário, o grande missionário John Mackay e a AMIR afirmaram seguidas vezes no passado - e a AMIR continua afirmando no presente - que quanto mais somos presbiterianos, mais nos tornamos ecumênicos, e que quanto mais nos tornamos ecumênicos, mais nos tornamos presbiterianos.

Se o irmão quiser, posso enviar-lhe cópia da mensagem que dirigimos ao líder da Igreja Católica Romana e cópia dos documentos em que a AMIR formula sua posição reformada sobre o ecumenismo. Se a IPB julga que essa posição não é reformada, é o dever da IPB argumentar bíblica e teologicamente e admoestar suas igrejas irmãs. Para isso serve o diálogo. Para isso serve a participação da IPB na AMIR.

Por isso, fico me perguntando o que deixou no Supremo Concílio da IPB a impressão de que havia, na nossa mensagem dirigida ao líder da Igreja Católica, "intenções ecumênicas" diferentes daquelas que tem qualquer pessoa de tradição reformada consciente do significado atual do legado calviniano e calvinista. Se essas intenções são suspeitas, eu gostaria de saber com clareza em que elas são suspeitas.

De nossa parte, nossa única intenção foi a de criar boas relações a Igreja Católica, que afirmou há pouco que nós somos graciosamente justificados por Deus por meio da fé em Cristo sem as obras da lei. Se cremos que a prática da Igreja Católica não condiz com o que ela ensina, o nosso dever de cristãos e protestantes é exortá-la no espírito de Cristo. Foi exatamente isso que a AMIR fez quando João Paulo II anunciou a indulgência do ano jubilar de 2000 e quando a Congregação para a Doutrina da Fé publicou a Instrução *Dominus Iesus*. Para isso serve o diálogo. Para isso serve a participação da IPB na AMIR.

4. Ficamos literalmente assombrados com o que o irmão escreveu sobre as posições e recomendações adotadas pela última assembleia geral da AMIR em relação às Escrituras, à missão, ao ecumenismo, ao aborto, ao feminismo e ao homossexualismo.

Em primeiro lugar, os atos da 24a assembleia geral e os relatórios ali aprovados são documentos públicos, disponíveis em quatro línguas, aos quais qualquer pessoa pode ter acesso para decidir se as opiniões do colega são corretas. Estamos profundamente convencidos de que o que o irmão afirmou não é correto.

O uso das Escrituras em nossa assembleia é consistente com práticas e princípios exegéticos reformados. Durante a assembleia, tomamos a decisão de renovar tanto o nosso compromisso com a missão de Deus (conforme o apêndice 14 dos atos da assembleia) quanto o nosso engajamento ecumênico. Quanto ao engajamento ecumênico, nossas decisões se pautaram, uma vez mais, pelos princípios reformados. Para dar um exemplo muito conhecido, João Calvino afirmou, em carta de 1552 dirigida ao arcebispo anglicano Thomas Cranmer, que "não hesitaria em atravessar até dez mares" para servir a causa da unidade da Igreja. Essa é a tradição na qual vivemos.

É lamentável que quanto aos outros três pontos (aborto, feminismo, homossexualismo) a IPB tenha recebido informação enganosa. A assembleia da AMIR não tomou nenhuma decisão oficial sobre esses assuntos. O aborto não foi nem mesmo mencionado. Além disso, nenhuma decisão tomada na assembleia pode ser qualificada como defesa do homossexualismo. Quanto ao "feminismo", afirmamos na Assembleia que homens e mulheres são igualmente chamados à missão de Deus e ao ministério cristão. Mas isto, uma vez mais, é consistente com o que professa a maioria das igrejas reformadas.

Pode ser que a decisão do Supremo Concílio tenha sido influenciada, em certa medida, pela entrevista que o irmão concedeu ao *Brasil Presbiteriano* logo depois de retornar da assembléia da AMIR em Accra, em agosto de 2004. Isso é lamentável. Eu gostaria de ter sido convidado a participar do Supremo Concílio da IPB celebrado há pouco em Aracruz e de poder responder às perguntas dos delegados. Desse modo a decisão dos delegados resultaria do exame dos dois lados da questão.

É triste constatar que com essa decisão de seu Supremo Concílio a IPB está se isolando da porção mais ampla e representativa da família reformada e presbiteriana mundial. Por isso, as portas da AMIR ficarão abertas, na esperança de que a IPB reverta sua decisão. Esperamos que isso aconteça em breve. Enquanto isso, pedimos que a IPB não se desligue da Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas na América Latina (AIPRAL), nem – se ela continua sendo membro - da Fraternidade Reformada Mundial e de sua expressão regional, a Confraternidade Latino-Americana de Igrejas Reformadas.

A decisão da IPB de desfiliar-se da AMIR ocorre precisamente num momento em que diferentes expressões internacionais da família reformada e presbiteriana estão procurando somar forças e trabalhar juntas. O Conselho Ecumênico Reformado (*Reformed Ecumenical Council*) e a AMIR estão num processo que poderá levar as duas organizações a se tornarem uma em poucos anos. O colega talvez saiba que o Conselho Ecumênico Reformado sempre representou uma das alas conservadora da família reformada mundial. Damos graças a Deus por essa união e achamos que a IPB tem muito a contribuir à organização que surgirá desse desenvolvimento.

O pedido da IPB será submetido à Comissão Executiva da AMIR em outubro de 2007. A Comissão Executiva é a instância competente para recebê-lo e tomar as medidas cabíveis. Enquanto isso, espero que a IPB possa, em futuro próximo, reconsiderar sua decisão. Estou disposto, se convidado, a participar do próximo Supremo Concílio da IPB. Essa seria, para os representantes ali presentes, uma boa oportunidade de conversar comigo sobre o que os preocupa em nossa caminhada comum. Da parte da AMIR, as portas ficam abertas e os braços ficam abertos para o momento em que a IPB decidir voltar ao convívio da nossa grande família.

Aproveito esta oportunidade para expressar uma vez mais meu profundo sentimento de gratidão pela contribuição da IPB ao trabalho empreendido até aqui pela AMIR de fortalecer os laços que unem a família reformada em nível mundial. A presença da IPB, sua contribuição teológica e sua contribuição financeira sempre pontual sem dúvida fortaleceram em muito a AMIR. Além disso, damos graças a Deus até hoje pelo que a IPB fez pela assembléia geral da Aliança, realizada em São Paulo em 1959, no centenário da chegada do presbiterianismo no Brasil. Damos graças a Deus pela liderança da IPB. O que estou escrevendo agora eu mesmo compartilhei com o prezado irmão quando nós nos encontramos no Mackenzie, em São Paulo, em fevereiro passado.

Como de praxe, cópias desta carta serão enviadas às igrejas filiadas à Aliança no Brasil. O colega me informa de que a decisão da IPB será publicada no *Brasil Presbiteriano*. Creio que seria um ato de respeito ao povo presbiteriano no Brasil a publicação da presente resposta oficial da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Peço-lhe, portanto, o obséquio de publicar esta carta no *Brasil Presbiteriano*.

Que o Senhor continue guiando o prezado colega e a vida e ministério da IPB e da AMIR nestes tempos plenos de desafios em que experimentamos o quanto é não apenas necessário, mas acima de tudo bom e agradável que os irmãos vivam em união.



Setri Nyomi (Rev. Dr.)
Secretário Geral

Cópias: Rev. Dr Clifton Kirkpatrick, Presidente
Igrejas filiadas à AMIR no Brasil

SC-IPB-2006 Doc. XI – Quanto aos Docs. 250, 305, 306 e 307 - Ementa: REAFIRMA O POSICIONAMENTO HISTÓRICO DA IPB DE EQUIDISTÂNCIA DO FUNDAMENTALISMO E DO LIBERALISMO, PROTESTA VEEMENTEMENTE CONTRA A VISITA DA DIRETORIA DA AMIR AO VATICANO, REPUDIA AS RECOMENDAÇÕES DA ALIANÇA MUNDIAL DAS IGREJAS REFORMADAS (AMIR) QUANTO AOS PONTOS QUE DESTACA, RETORNA À POSIÇÃO DE OBSERVADORA NA AMIR E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O SC-IPB-2006, 1. quanto ao documento nº 20, do Sinodo do Rio de Janeiro, protocolo sob nº 250, que encaminha propostas feitas pelo Presbitério do Rio de Janeiro no sentido da IPB reafirmar seu posicionamento histórico de equidistância de extremos fundamentalistas e liberais e manter sua posição de membro da AMIR; 2. quanto ao documento XLVI, da CE/SC-2004, Sub-Comissão VI: Legislação e Justiça III, protocolado sob nº 305, que examinou o documento nº 102 do Sinodo de Piratininga, remetendo relatório da Comissão de Assuntos Teológicos do Presbitério Sul Paulistano (PSPA), instruído com documentos referentes à Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR), e sugerindo a suspensão da filiação da IPB à AMIR; 3. quanto ao documento LXVI, da Comissão de Legislação e Justiça V da CE-SC-2003, encaminhando o documento nº 177 do Sinodo Belo Horizonte, protocolado sob nº 306, que submete à apreciação do SC-IPB a proposta de suspensão da participação da IPB na AMIR, apresentada pelo Presbitério das Alterosas com arrimo em farta documentação juntada; 4. quanto ao documento CLXXXVIII da CE-SC-2006, encaminhando ao SC-IPB o documento nº 210, oriundo do Sinodo de Piratininga, protocolado sob nº 307, que pede a suspensão da filiação da IPB à AMIR/WARC, a) considerando a decisão CE-96-128 de continuar a se relacionar com a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR) apenas como observadora, buscando conhecer com mais profundidade suas posturas teológicas atuais e tendências; b) considerando a decisão SC-98-68 de reativar a condição da IPB como membro ativo da AMIR; c) considerando a vasta documentação remetida ao SC-IPB, referente à última reunião ordinária da AMIR, ocorrida em Accra, Gana, em 2004, onde são expostas propostas e recomendações contrárias à ortodoxia presbiteriana em temas como a infalibilidade das Escrituras, o ecumenismo, o aborto, o feminismo e a sexualidade; d) considerando a recente visita da diretoria da AMIR ao papa Bento XVI no Vaticano, oportunidade em que seu presidente declarou as intenções ecumênicas da Aliança em relação à Igreja Católica Apostólica Romana, **RESOLVE:** 1º) reafirmar o posicionamento histórico da IPB de manter distante do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), que revela o desejo de uma equidistância teológica dos extremos liberais e fundamentalistas, primando pelo equilíbrio e pela independência de nossos posicionamentos; 2º) apreciar algumas ênfases da última reunião em Accra, como a preocupação com a opressão das mulheres e das crianças no Mundo e, em especial, nos países africanos, e com a injustiça social; 3º) repudiar as recomendações da AMIR às suas igrejas-membros, decorrentes das decisões tomadas na reunião de Accra - 2004, quanto à Bíblia, às missões, ao ecumenismo, ao aborto, ao feminismo e à sexualidade; 4º) protestar, de forma veemente, na qualidade de membro fundador da AMIR, contra a visita da diretoria da AMIR ao Vaticano com vistas ao ecumenismo com a Igreja Católica Apostólica Romana; 5º) retirar-se da filiação da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR), e lamentar estas recentes decisões que ferem nossos padrões de fé e princípios éticos; 6º) determinar a publicação desta decisão no órgão oficial de divulgação da IPB, com destaque em primeira página; 7º) dar conhecimento desta decisão à diretoria da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR) e às igrejas parceiras¹.

Gabinete da Presidência SC/IPB

De: "Penny Blachut" <PBL@warc.ch>
Para: <presidenciaipb@uol.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 16 de novembro de 2006 09:06
Anexar: BRA.doc; Brasileiro.doc
Assunto: Attn: Rev. Roberto Brasileiro da Silva

Thank you for forwarding the attached letters from the General Secretary of WARC to Rev. Roberto Brasileiro da Silva, President of SC/IPB.

Yours sincerely,

Mrs Penny Blachut
Assistant to the General Secretary

World Alliance of Reformed Churches
PO Box 2100
1211 Geneva 2
Switzerland
Tel: +41 22 791 62 40
Fax: +41 22 791 65 05
Email: pbl@warc.ch

No virus found in this incoming message.
Checked by AVG Free Edition.
Version: 7.1.409 / Virus Database: 268.14.6/535 - Release Date: 11/15/aaaa

IN A T E - *****

7/12/2006

Presidencia IPB

De: "Augustus Nicodemus Lopes" <a.nicodemus@terra.com.br>
Para: "Rev. Roberto Brasileiro" <presidencia@ipb.org.br>; "Rev. Ludgero Bonilha Morais" <rev.ludgero@terra.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 11 de novembro de 2004 20:03
Anexar: Jonas Casablanca - AMIR.doc; Segunda contestação Amir Jonas.htm; AMIR 2.doc
Assunto: Jonas Casablanca - AMIR

Caro Presidente e Sec. Executivo.

Anexo artigos enviados para o BP com pedido de publicação, que tem sido negado pelo Conselho Editorial. O conteúdo fala por si mesmo. Segue também carta do autor protestando pela não publicação.

Augustus

12/11/2004
Amir + R

12/11/2004

Rio de Janeiro, OUTUBRO 2004
Um artigo para publicação na "Seção Cartas" ou "Seu Recado".

ALIANÇA MUNDIAL DE IGREJAS E O VALOR DA DIVERSIDADE

Uma visão etnocêntrica de Ludgero Morais

No século XIX, a teoria do etnocentrismo advogada por filósofos e pensadores ingleses, admitia a superioridade da civilização ocidental sobre as demais, especialmente as indígenas e tribais que antecederam ao surgimento das cidades ou ao descobrimento da América. Consideravam que antes da civilização, houve um período de barbárie e por isso não conseguiam perceber as civilizações como diferentes, preferindo identificá-las como "inferiores". Sempre foi difícil olhar o diferente, entendê-lo e cooperar com ele.

Estou imaginando o Rev. Ludgero Morais em frente ao púlpito-palco da World Alliance of Reformed Churches, (Aliança Mundial de Igrejas Reformadas) em sua 24ª. Assembléia Geral, realizada em Accra, Gana – oeste da África.

Ele assiste entre surpreso e cético, às seguintes manifestações: discussão de temas inusitados quase nunca confrontados na Igreja Presbiteriana do Brasil da qual faz parte, destacando-se HIV / AIDS, Honrando a diversidade, Justiça de Gênero; posicionamentos em relação ao respeito às diferentes orientações sexuais; diálogo inter-religioso além do ecumenismo; recomendações de estratégias com a Igreja Luterana Mundial; declaração de uma Confissão de Fé em Face da Injustiça Econômica e a Destruição Ecológica; rejeição da prática que não coloca o pobre e a criação no centro da missão das igrejas; nova visão hermenêutica (interpretativa) que fundamente a ordenação de mulheres,

Outros choques foram presenciados pelo Rev Ludgero: eventos lúdicos com o auditório coberto com as cores do arco-íris, símbolo da diversidade sexual; presença de elementos da natureza, como terra, água, fogo e plantas medicinais, introduzidos nas devocionais, liturgias referindo-se a Deus como "ela" e "mãe", orações feitas pelo sol, a lua e água. Ele identificou também forte presença feminista, além do movimento gay e concluiu que a Igreja da Europa está decadente, após conversas com delegados de outras igrejas, não identificados. No final do evento, ele ouviu o que talvez não esperasse ouvir: "a Igreja Presbiteriana do Brasil é vista com suspeita por não ordenar mulheres ao oficialato". O Documento GC 25-e recomenda a IPB encontrar rapidamente meios para promover a ordenação de mulheres ao pastorado da igreja.

Há duas possibilidades de Ludgero Morais refletir esta experiência como representante da IPB pela Comissão de Relações Inter-eclésiásticas da Igreja: a reflexão etnocêntrica, apegada a dificuldade de compreender o diferente, pela experiência do choque ou a reflexão holística, mais ampla em busca de algumas interpretações e reavaliações racionais que sejam proveitosas quando se olha o diferente no ângulo cultural e não apenas no religioso.

Perguntas éticas e morais

Poderíamos fazer algumas perguntas para começar: A experiência religiosa está dissociada da herança cultural? A cultura religiosa em que se organizou a Igreja Presbiteriana do Brasil desde a "Board de Nova Iorque" que trouxe o missionário A.G. Simonton, é o padrão para todas as Associações de Igrejas reformadas no mundo? O que fazer com a doutrina rubricada quando a ética nos confronta com situações novas não prescritas nas Confissões e Manuais? A Bíblia recebe várias interpretações e a calvinista seria a mais correta, do ponto de vista do bem e do mal? Que tipo de liturgia esperava

Ludgero Morais encontrar em Gana, o país africano hospedeiro do evento? A liturgia europeia monolítica, a americana liberal, a católica libertadora, a brasileira pentecostal ou a africana fetichizada?

Um olhar mais atento às manifestações ocorridas neste encontro nos permite responder estas perguntas acima, com isenção de quem olha de fora, sem os apegos doutrinários, culturais e históricos que o representante da IPB levou consigo à África.

Em primeiro lugar a AMIR é uma Aliança mundial caracterizada pela pluralidade doutrinária e carregada de experiências de âmbito religioso, por isso mesmo não isenta de influências políticas e interesses eclesiais, já que religião e política se conectam desde o início da humanidade. Nada diferente do que se pode ver por aqui nos conflitos entre ortodoxos e progressistas no seio da Igreja Católica e dos diversos ramos protestantes.

Há determinados grupos da Igreja Reformada que sequer consideram a Bíblia como regra única de fé e prática, o que deveria impelir as religiões a analisar corajosamente a Bíblia, como reguladora e não como normatizadora. Há diversas associações de igrejas presbiterianas no mundo e muitas em particular nos EUA. É de se notar inclusive, que uma delas, a PCUSA (Presbyterian Church in the United States), contribui com 80% das despesas da AMIR, enquanto outras duas sequer são associadas: a EPC (Evangelical Presbyterian Church) e a PCA (Presbyterian Church in América). Se a Igreja Presbiteriana discordar de algo, não teria que sair?

Além disso, todos os grupos cristãos tradicionais brasileiros, tem diferentes interpretações à cerca de ordenação de mulheres, homossexualismo, feminismo, assim como de batismo, salvação e predestinação, por exemplo. O primeiro exercício ético seria não se considerar ÚNICO, SUPERIOR ou AUTÊNTICO nas questões doutrinárias, culturais e fenomenológicas dos aspectos religiosos. Quem arriscaria tamanha radicalidade? Ludgero não me parece estar preparado para esta visão holística e por extensão a Igreja Presbiteriana do Brasil ortodoxa a quem ele representa, também não. A denominação presbiteriana, advinda de missões americanas transculturais, representa um segmento importante desta Aliança, mas não deveria se chocar e se preocupar, quando de forma simbólica, política ou mesmo apologética, os grupos influenciadores da AMIR contextualizam seus discursos. Deveria analisar a distância que separa a fundamentação da teoria espiritualista da praxis refletida no domínio de questões contemporâneas emergentes.

5. A AMIR congrega 75 milhões de membros de denominações reformadas. A Igreja Presbiteriana do Brasil representa menos de 1% deste total. O país onde sediou-se a 24ª Assembléia Geral está num entorno de países (Gana, Nigéria, Benin, Costa do Marfim) que até nos anos 60, estavam em cooperação e conflito com suas metrópoles (França, Reino Unido, Holanda e Alemanha). Ao norte de Gana, na região semidesértica chamada Sahel, situam-se a Mauritânia, Mali, Burkina, Níger e Chade, alguns dos países mais pobres do mundo cuja população tem sido assolada pela fome e pela AIDS. Todos receberam fortes influências ocidentais nos campos da religião e cultura que mescladas com as heranças folclóricas e tribais, originaram diversas seitas. Até mesmo as religiões oficiais implantadas: metodista (de origem britânica), batista (americana), reformada (holandesa) e luterana (alemã) tiveram suas identidades "corrompidas" pela experiência psicológica e metafísica surgidas da miscigenação cultural e assimilação religiosas. É possível que Ludgero tenha presenciado parte destas manifestações lúdicas como resultado desta aculturação, já que o país hospedeiro estaria compreensivelmente querendo comunicar algo de sua cultura impregnado numa mensagem com características mundiais. Deveria olhar mais profundamente. Mas para isso teria que fazer algo corajoso e politicamente incorreto: guardar sua Bíblia (não precisa ignorá-la, é claro) e recuar nos conceitos éticos, eclesiais e doutrinários "presbiterianos, ocidentais e brasileiros" colocando-os num canto do cérebro, por um pouco de tempo.

6. As diferentes interpretações quanto a homossexualidade, não podem ignorar os fatos biogenéticos, comportamentais e atitudinais. Seria como dizer que o pai islâmico não tem influência no seu filho, que poderia acreditar a qualquer momento, que Maomé não existe. Não se pode examinar uma questão tão complexa, com axiomas éticos que encerram um ponto de vista divinizado, já que a Bíblia não

corresponde a única fonte de inspiração e prática de todos os grupos reformados. Isso choca? Poucos encaram essa afirmativa com neutralidade. A rotina eclesial e a doutrina arraigados em tantos anos de escola dominical e na forma ocidental de exercer a religiosidade, vão impedir a compreensão deste fato, é verdade.

7. Quanto ao diálogo inter-religioso, da multi-fé e da admissão de valores sagrados em todas as manifestações, sempre haverá proposições para aprofundar relacionamentos e na falta de maior contextualização para uma oposição, não se pode em princípio negar cooperação com o CMI ou com a Igreja Luterana, com base em estereótipos que enxergam objetivos excusos em todas as associações mundiais. Sempre haverá a possibilidade de discutir, cooperar, discordar, interagir e permanecer sendo Igreja Presbiteriana do Brasil.

8. A Confissão de Fé declarada na AMIR, em defesa da injustiça e com foco no combate à pobreza e à destruição ecológica pode ter sido o mais legítimo documento já surgido relativo a essas questões no seio das igrejas cristãs. Como ninguém teve acesso ao documento, a não ser o pastor representante, seria bom o jornal transcrevê-lo e não apenas ouvir a crítica parcial de Ludgero Moraes. Talvez seja a hora de acabar com o argumento fácil de associar defesa dos pobres à teologia da libertação. Esse discurso não procede mais, no momento em que a própria Igreja Católica revê sua praxis e torna-se cada vez mais "evangélica" e distante das causas sociais.

9. Os elementos naturais da crença africana e dos movimentos sexualistas (gays e feministas) estão representados no cenário das reuniões, assim como outros símbolos estariam destacados nas igrejas daqui - quem sabe, o liberalismo americano ou o movimento carismático - se o evento acontecesse nos EUA ou no Brasil, por exemplo. Isto tudo é simbólico, representativo de uma diversidade religiosa e funciona como síntese de uma resposta globalizada de todas as igrejas reformadas às demandas transculturais, metafísicas e sociais com as quais a Igreja se confronta. Alguns são de opinião de que há uma conspiração dos "ecumênicos mundiais" - esta força estranha, que os líderes evangélicos brasileiros demonizam, mas que ninguém identificou concretamente.

10. Há dois conceitos que sendo unicamente fundamentados pelos textos bíblicos e que refletem a ética sectária e machista reinante na região do Crescente Fértil há 25 séculos atrás, necessitam urgentemente de reflexão na Igreja Presbiteriana: "o homossexual é pecador e se não se arrepender vai pro inferno" e "mulher não pode ser ordenada pastora". A maior parte das igrejas reformadas está revisando ou já revisou estes pontos. Algumas como a Igreja Metodista, ordenam normalmente mulheres ao pastorado. As igrejas neopentecostais, nem sequer discutem o fato. Temos tido notícias da ordenação de pastores gays nos EUA e na Inglaterra, e isto choca ainda mais. A Igreja, sendo ela reformada ou não, deve encarar de vez estes estereótipos, ou ficará esvaziada, descontextualizada e fundamentada na Bíblia, apenas para rechaçar e ignorar que o diferente, pode nos dizer alguma coisa.

É possível que vários preceitos morais, éticos e religiosos presenciados na Assembléia possam ser expurgados do modus vivendi da Igreja Presbiteriana, no tocante à liturgia e à vida político-eclesial de modo geral, mas será desastroso ignorar as motivações sexuais, comportamentais e culturais que transcendem aos exames dos fatos religiosos, mas que com eles se conectam e se legitimam.

JONAS ABREU CASABLANCA

Jornalista – correspondente do Brazil Herald
Analista de Religião, Política e Cultura

De: Jonasabreu@aol.com

Enviado em: sexta-feira, 5 de novembro de 2004 10:31

Para: editorbp@rpc.ipb.org.br

Cc: jmnipb@terra.com.br; asdm@mackenzie.com.br

Assunto: O BRASIL PRESBITERIANO AINDA É UM JORNAL PROVINCIANO

Bom dia, Leticia Ferreira

Editora / Brasil Presbiteriano

O MODO COMO UMA CRÍTICA PODE SER BEM-VINDA

Ref: Artigo não publicado / Assembleia da AMIR

Um jornal do tipo "house-organ" como o Brasil Presbiteriano, deve possuir duas finalidades: a primeira, servir de elo de integração corporativa da instituição que representa e em segundo lugar, viabilizar aos membros desta instituição os canais que permitam analisar, avaliar ou criticar os movimentos políticos que conduzam esta organização a refletir sobre sua estrutura globalizada, inserindo-a na estrada da informação e do contexto.

A linha editorial do jornal está desafinada com os modelos editoriais, até latinos, que tenho pesquisando ou tenho contato. Algo semelhante na Venezuela, com o jornal Puerto Paz de origem neopentecostal poderia ser citado. Focar somente as matérias que tragam enlevo espiritual e que sejam úteis para a ética e a moral religiosa que sustentam a base doutrinária presbiteriana, é o mesmo que criar a ante-sala editorial de uma publicação ditadora.

Alguns temas poderiam ser explorados tematicamente, que fizessem a abertura para reflexão e construção da opinião. O que se está temendo?

É evidente que há de se respeitar a decisão editorial quanto a não publicação, mas os critérios permanecem obscuros com a limitada informação: NAO HOUVE APROVAÇÃO. É bom lembrar que foi da Editora o convite para apreciação do "Conselho Editorial" quanto a publicação, já que minha intenção era fornecer uma opinião a uma seção "carta aberta", que aliás soube que o jornal não possui.

É bom lembrar que se as opiniões "favoráveis", de pastores e membros, às impressões do representante da IBP na Assembleia Geral da AMIR forem publicadas nem nenhum posicionamento crítico também publicado como contra-ponto, será declarado o caráter unilateral do jornal e seu compromisso com a Cruzada da Censura, que mora ao lado da ante-sala de decapitação dos reformistas.

É possível que um dia o "Conselho Editorial" consiga amadurecer um processo de releitura do que significa LIBERDADE DE OPINIÃO E EXPRESSÃO, em todos os aspectos: DOCTRINA, COMPORTAMENTO e ATITUDE.

De minha parte, continuarei enviando os artigos ou opiniões, até que um destes "artigos estrangeiros" possa merecer alguma atenção e remova os obstáculos mentais BLOQUEADORES de um genuíno jornalismo.

Agradeço sua atenção como Editora-responsável e sua amabilidade. Estarei no aguardo de um reply, caso seja conveniente ao jornal.

JONAS ABREU

Jornalista

Rio de Janeiro

21. 2218-4378

21. 9156-3620

ALIANÇA MUNDIAL DE IGREJAS E O VALOR DA DIVERSIDADE

"Há duas possibilidades de Ludgero Morais refletir a experiência como representante da IPB na Assembléia Geral da Amir (Aliança Mundial das Igrejas Reformadas) em Akra (Gana). A reflexão **etnocêntrica**, apegada a dificuldade de compreender o diferente, caracterizada pela experiência do choque ou a reflexão **holística**, em busca de algumas interpretações e reavaliações racionais que sejam proveitosas quando se olha o diferente no ângulo cultural e não apenas no religioso.

A experiência religiosa está dissociada da herança cultural? A cultura religiosa em que se organizou a IPB desde a "Board de Nova Iorque" é o padrão para todas as Igrejas reformadas? O que fazer com a doutrina rubricada se a ética nos confronta situações novas não prescritas? A Bíblia recebe várias interpretações e a calvinista é a mais correta? Que tipo de liturgia esperava Ludgero Morais em Gana, o país africano hospedeiro: a européia monolítica, a americana liberal, a católica libertadora, a brasileira pentecostal ou a africana fetichizada?

A AMIR é uma Aliança mundial, unida pela Reforma, mas caracterizada pela pluralidade doutrinária, e carregada de experiências de âmbito religioso, não isenta de influências. Há grupos da Igreja Reformada que sequer consideram a Bíblia como regra única de fé e prática, o que deveria impelir as religiões a analisá-la corajosamente como reguladora e não como normatizadora. Segmentos cristãos tem diferentes interpretações sobre ordenação de mulheres, homossexualismo, feminismo, assim como de batismo, salvação e predestinação. A melhor regra ética é não se considerar UNICO, SUPERIOR ou AUTÊNTICO nas questões doutrinárias e fenomenológicas da religião.

A AMIR congrega 75 milhões de membros. A IPB representa menos de 1% deste total. Gana está num entorno de países (Nigéria, Benin, Costa do Marfim) que até nos anos 60, estavam em cooperação e conflito com suas metrópoles (França, Reino Unido, Holanda e Alemanha). Ao norte, na região semidesértica chamada Sahel, situam-se a Mauritânia, Mali, Burkina, Níger e Chade, alguns dos países mais pobres do mundo cuja população tem sido assolada pela fome e pela AIDS. Como excluir estes temas da *práxis* religiosa? Fortes influências culturais e religiosas do ocidente mescladas com as heranças folclóricas e tribais, originaram diversas seitas na África. Mesmo as religiões oficiais implantadas: metodista britânica, batista americana, reformada holandesa e luterana alemã tiveram suas identidades "corrompidas" pela experiência psico-social surgida da miscigenação cultural e assimilação religiosas.

As diferentes interpretações quanto à homossexualidade, não podem ignorar os fatores genéticos e comportamentais. E Mais: Não se pode negar cooperação com o CMI ou com a Igreja Luterana, com base em posicionamentos que enxergam objetivos escusos em todas as associações mundiais. Sempre há possibilidade de cooperar, discordar, interagir e permanecer sendo IPB. É hora de acabar com o argumento fácil de associar defesa dos pobres à teologia da libertação. Esse discurso não procede mais, no momento em que a própria Igreja Católica revê sua prática e torna-se cada vez mais "evangélica" e distante das causas sociais.

3631 toques

Os elementos da crença africana e dos movimentos sexualistas simbolizam a diversidade religiosa inclusiva e funcionam como síntese de uma resposta globalizada e "reformada" às demandas trans-culturais e religiosas com as quais a Igreja se confronta.

Dois conceitos necessitam reflexão na IPB: "o homossexual é pecador e se não se arrepender vai pro inferno" e "mulher não pode ser ordenada pastora". A maior parte das igrejas já revisa estes pontos. A Igreja Metodista, ordena mulheres ao pastorado. Há notícias da ordenação de pastores gays nos EUA e na Inglaterra, e isto choca ainda mais. A Igreja deve encarar os estereótipos excludentes, não ignorar que o diferente, ao invés de expurgado "biblicamente" precisa ser compreendido e talvez aceito. Não se trata de imoralidade, falta de ética ou infidelidade às escrituras. A questão é cultural e biológica.

Vários preceitos morais, éticos e religiosos vistos em Gana já são "legalmente" expurgados do *modus vivendi* da IPB, no tocante à liturgia e à vida eclesial, tomando-se portanto legítimos, mas será desastroso ignorar os confrontos comportamentais e culturais que transcendem aos exames dos fatos locais e os torna MUNDIAIS, pois com eles se conectam e se legitimam igualmente."

1334 toques

Total: 4965 toques

JONAS ABREU CASABLANCA
Jornalista – correspondente do Brazil Herald
Analista de Religião, Política e Cultura